

ESTUDO DO LIVRO *PAPÉIS AVULSOS*, DE MACHADO DE ASSIS

REFERÊNCIA:

TEIXEIRA, Marcos Vinícius. Uma leitura de *Papéis avulsos* de Machado de Assis. In: *Revista de Literatura* - 2008. Belo Horizonte: Associação Pré-UFMG, 2007, p. 07-32.

Muitos dos contos reunidos em *Papéis avulsos* foram publicados anteriormente em revistas. Para alguns deles, como “O alienista” que foi publicado na revista *A Estação* de outubro de 1881 a março de 1882, essa informação não significa muito. Porém para outros há uma relevância a ser considerada. É o caso de “A chinela turca”, principalmente, que foi publicado em 1875 (mesmo ano de publicação de *Senhora*, de José de Alencar) e foi pouco alterado para compor o volume de 1882. “Na arca” foi publicado inicialmente em 1878. Já “Uma visita de Alcibíades”, cuja data de publicação é de 1876, foi totalmente reformulado. Essas informações, como quer Ivo Barbieri, não só relativizam a ruptura entendida com *Memórias póstumas de Brás Cubas* quanto nos apresenta um autor que não nega as suas produções anteriores a 1881.



Revista de Literatura

da Associação Pré-UFMG

A Revista de Literatura da Associação Pré-UFMG, que é elaborada todos os anos pelos professores do Departamento de Literatura, traz análises dos livros indicados ao vestibular da UFMG. A revista pode ser adquirida nas unidades da Associação Pré-UFMG.

Outras informações:

www.preufmg.org.br

Marcos Vinícius Teixeira

Uma leitura de *Papéis avulsos* de Machado de Assis

“— Ninfa, doce amiga, fantasia inquieta e fértil, tu me salvaste de uma ruim peça com um sonho original, substituíste-me o tédio por um pesadelo: foi um bom negócio. Um bom negócio e uma grave lição: provaste-me ainda uma vez que o melhor drama está no espectador e não no palco”

Machado de Assis - “A chinela turca”

Os contos de Machado de Assis

Filho de pintor mulato e de lavadeira açoriana, Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 1839, no morro do Livramento, no Rio de Janeiro. Em vida, assistiu a fatos importantes da História do Brasil, como o fim da escravidão e a transição política do período imperial para o republicano. Em 1897 participou da fundação da Academia de Letras da qual se tornou presidente. Faleceu em 1908, no Cosme Velho.

Quando pensamos na genialidade de Machado de Assis e na grande importância que teve para a Literatura Brasileira, é comum lembrarmos, em contraposição, a sua origem e os problemas enfrentados em vida. Além de mestiço, para a época em que viveu, era gago e sofria de epilepsia. Roberto Schwarz nos mostra, no entanto, um outro lado de sua história:

Machado era bisneto de escravos e filho de operário, mas não vinha do nada. Era afilhado de uma senhora ilustre, com quem talvez tivesse convivido bastante na infância; era residente em uma grande propriedade; além do que seus pais sabiam ler e escrever, e eram casados na Igreja, sinal também de respeitabilidade num país em que a ordem familiar não estava ainda muito estabelecida. (SCHWARZ, 1997, p. 174)

Ainda assim, não deixa de ser curiosa a carreira literária que constrói ao longo de toda a sua vida. Basta lembrar que Machado é hoje considerado um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos.

É comum se dividir a obra do escritor fluminense em duas fases: uma romântica e outra realista. Machado é assim um escritor de transição e o seu enquadramento em um único estilo de época é errôneo. Obras como *Ressurreição*, de 1872, e *A mão e a luva*, de 1874 pertencem à primeira fase. Alguns críticos, como Alfredo Bosi, relativizam essa nomenclatura. A publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, feita em 1881, tem sido considerada o marco inicial da segunda fase do escritor e também o início do Realismo no Brasil. À essa fase pertencem obras consagradas como *Quincas Borba*, de 1891, *Dom Casmurro*, de 1899, e *Esaú e Jacó*, de 1904.

Embora o romance ocupe lugar de destaque, Machado, além de ter transitado por vários gêneros literários, escreveu cerca de duzentos contos. Em *Papéis avulsos*, de 1882, que é conhecido como um de seus melhores livros neste gênero, o autor reúne contos de diferentes datas. É preciso considerar ainda que *Papéis avulsos* apresenta uma confluência de tipos textuais. Por meio dessas duas características da obra, Ivo Barbieri repensa e reavalia a visão tradicional de ruptura entre as duas fases do autor:

Diante de tantos indícios de transgressão da unidade formal e da ordem cronológica, não parece descabido indagar se estes motivos não seriam suficientes para abalar os fundamentos da tese da progressão contínua assim como a da ruptura radical que consolidaria a existência de dois Machados radicalmente diferentes e cronologicamente separados: um anterior e outro posterior à *Memórias póstumas de Brás Cubas* – sendo este o evento que marcaria definitivamente o momento da separação. (BARBIERI, 2006, p. 02)

Muitos dos contos reunidos em *Papéis avulsos* foram publicados anteriormente em revistas. Para alguns deles, como “O alienista” que foi publicado na revista *A Estação* de outubro de 1881 a março de 1882, essa informação não significa muito. Porém para outros há uma relevância a ser considerada. É o caso de “A chinela turca”, principalmente, que foi publicado em 1875 (mesmo ano de publicação de *Senhora*, de José de Alencar) e foi pouco alterado para compor o volume de 1882. “Na arca” foi publicado inicialmente em 1878. Já “Uma visita de Alcibíades”, cuja data de publicação é de 1876, foi totalmente reformulado. Essas informações, como quer Ivo Barbieri, não só relativizam a ruptura entendida com *Memórias póstumas de Brás Cubas* quanto nos apresenta um autor que não nega as suas produções anteriores

a 1881. O crítico ainda salienta que as alterações feitas em “A chinela turca” colaboram para que o conto não destoe muito dos demais reunidos:

Menos aparentes do que as reformas da “visita”, os pequenos ajustes feitos na “chinela” foram suficientes para emparelhar o escrito de sete anos atrás com os mais recentes à edição dos Papéis. (BARBIERI, 2006, p. 05)

De fato, na “Advertência” de *Papéis avulsos*, o próprio Machado avisa que reuniu escritos diferentes e ainda tenta relativizar uma certa falta de unidade ao livro:

Este título de *Papéis avulsos* parece negar ao livro uma certa unidade; faz crer que o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os não perder. A verdade é essa, sem ser bem essa. Avulsos são eles, mas não vieram para aqui como passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa. (p. 12)

Diversas analogias podem ser feitas entre os contos. A relação, por exemplo, entre um mundo exterior e um interior é comum às histórias. Os variados elementos metalingüísticos poderiam se entendidos como um outro modo de amarrar o livro. Mas de todas as maneiras de se ver uma unidade na obra, a mais incomum parece se destacar: as diferenças. Assim, parece-nos que a maior unidade está justamente na confluência de gêneros que há na obra. Sobre isso, o autor escreve: “Quanto ao gênero deles, não sei que diga que não seja inútil. O livro está nas mãos do leitor” (p. 12).

Ivo Barbieri, por exemplo, considera “O alienista” uma novela. Os contos “Teoria do medalhão” e “O anel de Polícrates” são formados por diálogo, relacionando-se assim com o gênero dramático. “A chinela turca”, “A sereníssima república” e “Uma visita de Alcibíades” são exemplos de contos que podem ser tomados como fantásticos, o que não descarta que em outros contos hajam elementos deste tipo de literatura. Numa outra abordagem, “A sereníssima república”, que também é uma conferência, pode ser tomado como um conto alegórico, pois trata ao mesmo tempo da situação eleitoral e política do Brasil do século XIX. “Uma visita de Alcibíades”, por sua vez, sendo conto não deixa de ser também carta, outro gênero. O pastiche aparece em contos como “Na arca” e “O segredo do Bonzo”. “Teoria do medalhão” e “O espelho” podem ser tomados como “contos-teorias” (como classificou Alfredo Bosi). Os contos “O empréstimo” e “Verba testamentária” podem ser vistos como anedotas e “D. Benedita” como retrato.

Evidentemente, essas classificações não se constituem como uma verdade sobre os contos e outras categorias podem ser mencionadas assim como outras características. A linguagem, um tanto jurídica, de “Uma visita de Alcibíades” pode ser relacionada, por exemplo, ao fato de o narrador ser desembargador. Também poderia ser lembrado que o conto “O anel de Polícrates” contém elementos autobiográficos, como o próprio autor nos informa em nota.

Outros detalhes também possuem importância para a avaliação do gênero conto em *Papéis avulsos*: as notas explicativas que fazem parte do livro; a divisão em capítulos, procedimento pouco comum ao gênero; a utilização de rubrica em “O anel de Polícrates”, o que é mais comum ao gênero dramático; os subtítulos explicativos; dentre outros.

Tamanha variedade, além de fazer com que o leitor pense sobre a questão do gênero, pode ter gerado muita discussão na época em que foi publicado. Machado de Assis, prevendo uma possível irritação do leitor, escreve: “venha donde vier o reproche, espero que daí mesmo virá a absolvição” (p. 12). Assim sendo, é-nos claro que o autor tinha consciência da variedade do livro e por isso mesmo trata seus textos como “pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa”.

1. O alienista

Com relação ao gênero, “O alienista” se distingue dos demais textos de *Papéis avulsos* e pode ser considerado um conto ou uma novela. Alfredo Bosi o chamou, em *História concisa da literatura brasileira*, de “quase novela”. Isso ocorre por causa de seu tamanho e por apresentar uma longa seqüência de episódios. Outro ponto a ser observado é que, assim como em outros contos de Machado de Assis, a história está dividida em capítulos.

Embora aqui tenhamos um simples comentário sobre a história de Simão Bacamarte, é preciso dizer, antes de qualquer coisa, que se trata de um texto que se presta a interpretações diversas. O leitor, por exemplo, poderia tomar um posicionamento sobre a personalidade do alienista e dizer se acredita que é louco ou não. No entanto, o melhor é enxergar o conto como ele é: multifacetado.

O tema central de “O alienista” é a loucura. Simão Bacamarte é o médico e cientista que regressa ao Brasil e resolve se dedicar à ciência. Itaguaí, onde constrói uma casa de Orates, é o lugar escolhido para pesquisar a loucura. O funcionamento desta casa e a maneira como os loucos são ingressados ali é que geram o conflito na narrativa. Ninguém escapa aos olhos e à análise do Dr. Simão Bacamarte. Ele próprio, como veremos, será motivo de auto-observação e internação.

É curioso observar que o primeiro parágrafo do conto traz uma espécie de currículo de Simão Bacamarte, em que é destacada a sua grandeza. Pode-se dizer que se cria um pacto de leitura, ainda que possa ser provisório, em relação à personalidade do médico. Logo em seguida temos narrada a maneira estranha como o médico escolhe a sua mulher. Temos assim uma ambiguidade acerca do alienista que percorre toda a narrativa. Vejamos o trecho:

D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, sãos e inteligentes. (p. 13)

Temos assim um indício da possível loucura do alienista. Mas a ciência que rege seus princípios amorosos também lhe nega os filhos. D. Evarista não os teve e, por isso, a dinastia dos Bacamartes se extinguiu. Após estudar o caso da mulher, Simão Bacamarte resolve estudar a loucura e a “saúde da alma”. Decide então recolher todos os dementes de Itaguaí a um edifício. Para isso, recorre à câmara, onde consegue, além de uma licença, uma verba designada ao cuidado dos loucos cujas famílias não podem arcar com os custos. Um imposto foi criado para subsidiar o tratamento dos mesmos.

O médico constrói então, na rua Nova, o asilo que ficou conhecido como Casa Verde. As cerimônias de inauguração duraram sete dias. Aos poucos os loucos começaram a ser recolhidos e o alienista aproveitava para se dedicar ao estudo da demência. Começa por separar os loucos em duas classes, os furiosos e os mansos, e depois em subclasses. Nessa época sua mulher reclama da desatenção do marido, que lhe mostra como estão ricos e permite que viaje ao Rio de Janeiro.

Um dia, conversando com um amigo, o boticário Crispim Soares, Simão Bacamarte lhe define a razão como sendo “o perfeito equilíbrio de todas as faculdades” (p. 24). Por meio deste parâmetro, boa parte da população de Itaguaí é recolhida à Casa Verde. O caso de algumas pessoas, como o de Mateus, do Costa e de sua prima, espalha um certo terror e medo entre a população. Posteriormente o terror se intensifica:

Não se sabia já quem estava são, nem quem estava doido. As mulheres, quando os maridos saíam, mandavam acender uma lamparina a Nossa Senhora; e nem todos os maridos eram valorosos, alguns não andavam fora sem um ou dois capangas. Positivamente o terror. Quem podia, emigrava. (p. 33)

Com o episódio do recolhimento de Coelho, o barbeiro Porfírio resolve organizar uma rebelião.

Com mais trinta pessoas, leva à câmara uma representação que é prontamente recusada. Após a recusa dos vereadores a arruaça aumenta e cerca de trezentas pessoas participam do movimento que ganha o nome de “revolta dos Canjicas”. A multidão chega à Casa Verde e grita contra o alienista. Simão Bacamarte interrompe seus estudos e fala com serenidade à multidão. Logo em seguida, os revoltosos se deparam com o corpo de dragões.

Diante da força pública, parte da multidão, comandada por Porfírio, não se dispersa. Parte do corpo de dragões muda de lado e passa a integrar a multidão. Diante disso, os soldados fiéis não tiveram coragem de atacar seus próprios colegas. O capitão, por sua vez, se declara vencido e entrega a espada ao barbeiro. A multidão se dirige enfim à câmara. Os vereadores não resistem e o barbeiro assume o desejado governo de Itaguaí. Comunicações oficiais do novo governo são expedidas.

No dia seguinte, Porfírio vai até a casa de Simão Bacamarte e tem com ele uma conversa amistosa. Ao contrário do que imaginava o alienista, Porfírio lhe propõe continuar com o asilo de loucos, mas informa que aqueles que estiverem quase curados e os “maníacos de pouca monta” devem ser libertados. Informa ainda que no conflito morreram onze pessoas e vinte e cinco ficaram feridas.

A visita faz com que Simão Bacamarte enxergue dois novos casos de loucura. Porfírio estaria doido porque apresentou, com o recente discurso, duplicidade e descaramento. Já o povo que lhe acompanhou no conflito dava provas de sua demência com as mortes e os feridos do dia anterior. Nos cinco dias decorridos após a visita, o alienista recolhe cerca de cinquenta pessoas à Casa Verde. Todos os recolhidos aclamavam o novo governo.

Com os novos acontecimentos, os itaguaienses se revoltam. Inutilmente, Porfírio expede dois decretos, um contra o alienista e outro contra a Casa Verde. Porém, o discurso de outro barbeiro colabora para derrubar Porfírio. O barbeiro João Pina assume então o governo. A nova ordem política de Itaguaí, entretanto, teve que ceder à chegada de uma força real:

Nisto entrou na vila uma força mandada pelo vice-rei, e restabeleceu a ordem. O alienista exigiu desde logo a entrega do barbeiro Porfírio, e bem assim a de uns cinquenta e tantos indivíduos, que declarou mentecaptos; e não só lhe deram esses, como afiançaram entregar-lhe mais dezenove sequazes do barbeiro, que convalesciam das feridas apanhadas na primeira revolução. (p. 47)

Simão Bacamarte consegue ainda dos vereadores, agora restituídos a seus cargos, que Sebastião Freitas seja recolhido ao hospício. Este vereador, no capítulo VI, havia questionado se o doido não era o próprio alienista. Também o boticário, que havia aderido ao novo governo, é dado como doido. O alienista conseguiu ainda que a câmara lhe entregasse o próprio presidente. Tudo que ocorre em Itaguaí passa a ser motivo para internação na Casa Verde:

Daí em diante foi uma coleta desenfreada. Um homem não podia dar nascença ou curso à mais simples mentira do mundo, ainda daquelas que aproveitam ao inventor ou divulgador, que não fosse logo metido na Casa Verde. Tudo era loucura. (p. 48)

Um dia a vila inteira se abalou com a notícia do recolhimento de D. Evarista. O alienista internou a própria esposa, que esteve muito tempo indecisa sobre qual colar devia usar no baile da câmara. Nesse momento, o número de internos da Casa Verde se equivale a quatro quintos da população da vila.

No capítulo XI, “O assombro de Itaguaí”, ocorre uma inversão na história. Simão Bacamarte envia um ofício à câmara, informando que reviu os fundamentos de sua teoria e que todos os loucos vão ser colocados em liberdade. O critério do alienista havia mudado: agora, admite-se como normal a pessoa que tivesse o desequilíbrio das faculdades. Os habitantes que as tivessem em equilíbrio seriam recolhidos. A população recebeu os parentes e amigos com festa.

A câmara agiu com cautela e legislou sobre o ofício recebido do alienista. Deu-lhe uma autorização

provisória de um ano e lhe informou que o hospício poderia ser fechado a qualquer momento. O vereador Freitas propôs que nenhum dos vereadores fosse recolhido. A cláusula foi aceita, votada e incluída. O único vereador discordante, o Galvão, foi posteriormente entregue a Simão Bacamarte.

Assim sendo, foram recolhidos à Casa Verde: o padre Lopes, a mulher do boticário Crispim, o juiz de fora, dentre outros. Em cinco meses, havia-se alojado cerca de dezoito pessoas. Novamente os alienados foram alojados por classes: os modestos, os tolerantes, os verídicos, os simplices, etc. É curioso observar o comentário feito pelo barbeiro Porfírio quando foi recolhido: “Preso por ter cão, preso por não ter cão!” (p. 56).

Com o fim do prazo dado pela câmara, é concedido ao alienista o tempo de seis meses para a aplicação dos meios terapêuticos. Simão Bacamarte curou todos, aplicando a característica oposta à da galeria a que pertencia o louco. Alguns se curaram sozinhos, como a mulher do boticário que, quando percebeu que o marido não a visitava, iniciou uma série de xingamentos e, conseqüentemente, atingiu o desequilíbrio das faculdades.

O título “*Plus ultra*” do último capítulo, que pode ser traduzido por “ainda mais” ou “além de”, revela a necessidade do alienista de ir além, mesmo quando tudo parece ter se resolvido com a cura do último mentecapto. Diante da hipótese de Itaguaí não ter um único demente, Simão Bacamarte começa a cogitar a possibilidade de ele mesmo apresentar o perfeito equilíbrio das faculdades e, conseqüentemente, ser louco. Convoca um conselho de amigos e faz uma série de perguntas acerca de si. Todos lhe elogiam e o padre Lopes diz que ele não percebia as qualidades elevadas por ser modesto.

A palavra modéstia parece mesmo ser decisiva. Simão Bacamarte, o ilustre médico, ignorando a mulher, trancafiou-se na Casa Verde, onde se entregou ao estudo e à busca pela cura. Morreu após dezessete meses e seu enterro teve muita pompa e solenidade. Todo o caso foi registrado, segundo o narrador, nas crônicas escritas sobre a vila de Itaguaí.

Louco por se internar ou louco por se considerar equilibrado demais ou ainda detentor de uma teoria em que ele próprio é o primeiro (e talvez único) exemplo, Simão Bacamarte e sua história permite, como dissemos, que haja interpretações variadas. Machado de Assis quando escreve em “A chinela turca” que o melhor drama está no espectador ou quando afirma na sua advertência que “o livro está nas mãos do leitor” parece convidá-lo a pensar o texto. A visão multifacetada, evidentemente, não deve ser descartada.

2. Teoria do medalhão

Em “Teoria do medalhão”, temos um diálogo entre Janjão e seu pai. A conversa se passa no dia de aniversário de Janjão, que acaba de entrar para a maioridade. Após o fim do jantar oferecido e a retirada de todos os convivas, o pai lhe dirige a palavra e propõe uma conversa entre dois amigos. Na verdade, o pai quer lhe aconselhar acerca das coisas do mundo e de como pode se dar bem sendo um medalhão. Tais conselhos, como o pai dirá ao final de seu discurso, valem, em certa medida, o *Príncipe* de Maquiavel.

Aos vinte e um anos, Janjão ainda tem pela frente os vários caminhos que a vida pode oferecer e, ao contrário do que ocorreu com seu pai, tem alguém para lhe instruir. O melhor caminho, segundo ele, é o de ser tornar medalhão:

— Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. (p. 62)

Mas o que é “ser medalhão”? O diálogo é justamente uma tentativa de explicar tal termo, ou

melhor, de traçar determinadas instruções para que Janjão se torne um medalhão no futuro. O pai informa uma idade, a de 45 anos, mas é possível chegar ao “título” de medalhão antes ou depois desta idade. Podemos dizer, grosso modo, que medalhão é uma espécie de sujeito oportunista, que se torna importante, ainda que não tenha mérito para sê-lo. Medalhão é aquele que conhece as maneiras de se destacar na sociedade, que podem ser pela aparência, por evitar certas polêmicas que as idéias novas trazem, por saber utilizar a publicidade e os benefícios que esta traz, por dominar o discurso, dentre outras coisas. Enfim, que, por meio desse conhecimento, consegue se tornar grande e ilustre.

Boa parte da conversa é dedicada a um ensinamento específico: o de evitar as idéias. O filho, que é dotado de “inópia mental”, poderá cumprir a tarefa de não ter idéias novas e apenas aproveitar as existentes. Para isso é preciso preparar o espírito e recorrer a jogos, esportes, caminhadas acompanhadas, ler compêndios de retórica, etc. Janjão não deve andar sozinho porque “a solidão é oficina de idéias”. Também é preciso ouvir opiniões em comum aos cavalheiros porque a monotonia é saudável e reduz o intelecto. Evidentemente, temos em tudo isso, uma forte ironia acerca do funcionamento do mundo e do personagem Janjão. Entretanto, ainda que se evite enveredar pelas idéias novas não se deve deixar de decorar termos latinos, evocar figuras mitológicas representativas e repensar o já pensado.

A publicidade, essa dona loureira e senhoril, deve ser insistentemente buscada. Não importam, nesse sentido, os meios, a maneira, mas os resultados. Com relação aos jornais, por exemplo, o pai lhe diz:

Se esse dia é um dia de glória ou regozijo, não vejo que possas, decentemente, recusar um lugar à mesa aos *reporters* dos jornais. Em todo o caso, se as obrigações desses cidadãos os retiverem noutra parte, podes ajudá-los de certa maneira, redigindo tu mesmo a notícia da festa; e, dado que por um tal ou qual escrúpulo, aliás desculpável, não queiras com a própria mão anexar ao teu nome os qualificativos dignos dele, incumbe a notícia a algum amigo ou parente. (p. 67)

O filho ainda deve, como político, ocupar a tribuna e escolher assuntos mais gerais, mais metafísicos. Em seu discurso, deve empregar termos filosóficos e consagrados historicamente, mas deve evitar novas conclusões, novas idéias. Também deve evitar a ironia e preferir a chalaça, ou seja, certa simpatia e espiritualidade, munidas de aparente sinceridade. Enfim, dá meia-noite e o pai se lembra de ir dormir. O filho deve guardar e ruminar a lição.

3. A chinela turca

“A chinela turca”, um dos contos mais antigos do livro de Machado de Assis, realiza um diálogo com o Romantismo. Os personagens Duarte e major Lopo Alves se envolvem, cada um a sua maneira, com este universo artístico. A imaginação, nesse sentido, é elemento importante e não deve ser descartada. Vejamos o enredo. Lopo Alves, após assistir a uma peça ultra-romântica, resolve retomar seus interesses literários e escrever um drama. A questão central do conto é justamente o fato de Duarte ter que ouvir, a contragosto, a leitura do drama de Lopo Alves. Ou pior: abrir mão de se encontrar com Cecília, a moça dos olhos azuis, para gastar seu tempo com o major, de quem a moça era parente.

O bacharel Duarte morava em Catumbi e se preparava para ir ao Rio Comprido, onde se dava um baile em casa da viúva Meneses. Era-lhe certo que lá estaria a moça dos cabelos loiros e olhos azuis chamada Cecília. A visita do major, porém, o impede de ir e o força a ouvir um drama enfadonho. Já eram quase dez horas:

Duarte procurou desviar aquele cálice de amargura; mas era difícil pedi-lo, e impossível alcançá-lo. Consultou melancolicamente o relógio, que marcava nove horas e cinquenta e cinco minutos,

enquanto o major folheava paternalmente as cento e oitenta folhas do manuscrito. (p. 72)

É preciso dizer ainda que o drama se dividia em sete quadros e possuía o estilo romântico. A obra é dada como ultrapassada pelo bacharel: “Lopo Alves cuidava pôr por obra uma invenção, quando não fazia mais do que alinhar as suas reminiscências”. Já a ironia machadiana traduz a irritação de Duarte: “Não é fora de propósito conjecturar que, se o major expirasse naquele momento, Duarte agradecia a morte como um benefício da Providência” (p. 72). O personagem escapa do suplício pelo sono, como o leitor descobrirá ao final do conto. A passagem do plano da realidade para o onírico é feita de forma ambígua, o que dá ao conto a característica do fantástico, no sentido em que há uma dúvida, por parte do leitor, entre o possível e o fantasmagórico. Veja a passagem:

Voava o tempo, e o ouvinte já não sabia a conta dos quadros. Meia-noite soara desde muito; o baile estava perdido. De repente, viu Duarte que o major enrolava outra vez o manuscrito, erguia-se, empertigava-se, cravava nele uns olhos odientos e maus, e saía arrebatadamente do gabinete. Duarte quis chamá-lo, mas o pasmo tolhera-lhe a voz e os movimentos. Quando pôde dominar-se, ouviu o bater do tacão rijo e colérico do dramaturgo na pedra da calçada. (p. 73)

Logo em seguida, e aqui já podemos pensar no sonho de Duarte, chega-lhe a visita de um homem baixo e gordo que diz ser da polícia e afirma que o bacharel roubou uma chinela turca muito cara. O sujeito, porém, não era da polícia e logo cinco homens armados o levam para um carro e o transportam para um lugar que lhe é desconhecido. Duarte desce do carro com os olhos vendados e quando os descobre vê uma sala muito ampla e iluminada. Aos poucos o bacharel percebe que a chinela turca, que lhe será mostrada, foi apenas um pretexto para que ele fosse levado até ali. Antes de falar com um velho, um padre lhe abençoa. Em outra sala, o velho lhe mostra uma moça que se assemelha muito com Cecília e lhe diz que fará três coisas, a saber: casar-se com ela, escrever um testamento e tomar um veneno. Também há a possibilidade de morrer com tiro de pistola.

O padre reaparece para fazer o casamento. No entanto, o homem lhe diz ao ouvido que não é padre, mas tenente do exército, e que há um meio de fugir: pular pela janela que lhes fica próxima. Duarte se atira então pela janela e inicia a sua fuga. Escapa. Entra depois em uma casa, onde um homem lia o *Jornal do Comércio*. Esse homem era o major Lopo Alves, que lhe declara ter finalizado a leitura do drama e pergunta o que achou. O bacharel responde que o achou excelente, com paixões fortíssimas. Eram duas horas da madrugada. Despede-se enfim do major.

O último parágrafo do conto é justamente um comentário que estabelece um paralelo entre seu sonho e a peça do major. O bacharel falava consigo:

— Ninfa, doce amiga, fantasia inquieta e fértil, tu me salvaste de uma ruim peça com um sonho original, substituíste-me o tédio por um pesadelo: foi um bom negócio. Um bom negócio e uma grave lição: provaste-me ainda uma vez que o melhor drama está no espectador e não no palco. (p. 79)

Como se pode perceber, o personagem Duarte considera, no final, muito melhor ter tido um pesadelo do que ter prestado atenção na peça ruim do major. Outro paralelo pode ser estabelecido: há no conto um desejo amoroso por Cecília e, no sonho, a fuga de um casamento com uma moça semelhante. O sonho é nutrido por elementos retirados da realidade de Duarte e da peça do major. Na peça, como é dito no conto, há homens embuçados, um envenenamento, um rapto de uma moça de dezessete anos e o roubo de um testamento. É justamente a mistura dos elementos do drama com o sonho que o bacharel tem que dá ao conto essa atmosfera fantástica.

Machado de Assis, por outro lado, se dirige ao leitor ao comentar que o melhor drama está no espectador e não no palco. Ou seja, é importante que o leitor imagine e se deixe levar pelas aventuras dos personagens. Essa afirmação, que pode ser estendida para toda a obra, é muito importante para a leitura dos contos em que temos elementos fantásticos como “Uma visita de Alcibíades”, por exemplo.

4. Na arca

No conto “Na arca”, Machado de Assis trabalha com um tema bíblico muito conhecido: o episódio da arca de Noé. O subtítulo de seu texto, “Três capítulos inéditos do Gênesis”, anuncia a proposta. Como o texto de Machado imita a linguagem bíblica e também se apropria de idéias e frases, pode-se dizer, desde já, que trabalha com a paródia e o pastiche.

É interessante observar que, na Bíblia, pouco se fala sobre o período de cento e cinquenta dias em que Noé, sua mulher, seus três filhos e as mulheres destes passaram na arca. É como se o texto machadiano, nesse sentido, preenchesse uma lacuna do Gênesis. Os três capítulos inventados pelo escritor poderiam ser situados entre os capítulos 7 e 8 da parte citada da Bíblia.

É possível que os episódios narrados no capítulo nono do Gênesis, em que Noé amaldiçoa seu neto Canaã por causa de Cam, tenha motivado Machado a discutir as relações humanas com o pecado e a justiça no conto “Na arca”. É preciso lembrar que, no contexto bíblico, o episódio da arca e do dilúvio existem como uma tentativa de se livrar o mundo da maldade dos homens. No entanto, logo após o fim do dilúvio, Cam merece a retaliação de seu pai Noé.

Diferentemente da Bíblia, em que Noé e Cam podem gerar discussões sobre justiça, em *Papéis avulsos* são os filhos Sem e Jafé os exemplos de que o ser humano é injusto e ambicioso. O texto machadiano mostra, nos três capítulos inéditos, que a corrupção do homem já estava presente sobre a arca.

No conto, os irmãos Sem, Cam e Jafé discutem sobre uma possível divisão da terra que poderá ser realizada assim que as águas secarem sobre a embarcação. Chegam ao consenso de que cada casal, incluindo o pai e a mulher, terá direito a uma propriedade de quinhentos côvados (cada côvado equivale a 66 cm, cf. Houaiss). Os irmãos concordam que entre a terra de Sem e a de Jafé haverá um rio que as dividirá. O conflito no “Capítulo A” surge quando Sem pergunta ao seu futuro vizinho sobre a propriedade do rio: “a quem pertencerá a água do rio, a corrente?” (p. 81). Sem propõem então fincar um pau no meio do rio e dividi-lo.

Diante do comentário de Jafé, de que a correnteza levaria o pau, Sem diz que ficará com o rio e as duas margens e que o irmão deveria descontar o terreno perdido na sua outra margem. Jafé sente-se roubado e menosprezado, diz que quer o rio todo e ameaça o irmão vizinho de morte.

No “Capítulo B” Cam propõe chamar as mulheres dos irmãos para ajudar na solução do caso, mas é impedido pelos mesmos. Depois propõe uma solução: ficaria com o rio e vinte côvados de cada irmão e abriria mão de seu território para apaziguar os dois. Sem e Jafé o ignoram e iniciam uma briga. Cam foi procurar pelo pai Noé e pelas mulheres de seus irmãos.

Já no “Capítulo C” Noé chega e ordena que a briga seja cessada. Jafé e Sem permanecem ensangüentados e contam-lhe o que ocorrera. O pai então lhes diz: “Maldito seja o que não me obedecer. (...) Ora, pois, vos digo que, antes de descer a arca, não quero nenhum ajuste a respeito do lugar em que levantareis as tendas” (p. 85). A seguir, aos céus e com tristeza, Noé diz que os filhos brigavam por algo que ainda não possuíam e se pergunta o que seria quando surgissem a Turquia e a Rússia. Nenhum dos filhos o compreende.

Possivelmente, Machado se refere à Guerra da Criméia, que Rússia sustentou contra a Turquia, a França, a Inglaterra e o Piemonte (Itália) entre 1853 e 1856, ou aos conflitos posteriores entre esses países.

É curioso observar que, anos depois, em 1899, a Guerra da Criméia seria aproveitado no capítulo 90 de *Dom Casmurro*.

É possível notar a ironia de Machado ao trazer o tema da corrupção humana, exemplificado no caso principalmente pela ambição, para dentro da arca. Nem as águas que preenchem o mundo baixaram, os futuros habitantes deste já se revelam incapazes de o habitar com paz e justiça.

5. D. Benedita

A personagem que dá nome a este conto de Machado, Dona Benedita, é marcada por duas características: a de elogiar as pessoas que a cercam e a de prolongar seu desejo a ponto de desistir das coisas que busca ou planeja. A primeira característica aqui dita se encontra no próprio nome Benedita, que, do latim *benedictus*, significa bendizer, falar bem, elogiar. Já a segunda característica está relacionada ao termo veleidade. Para falar sobre tal, é preciso adiantar o enredo e dizer que ao final do conto Dona Benedita descobre que a “fada que presidira ao [seu] nascimento” chama-se Veleidade. O termo, de *vellem*, significa vontade inútil ou hesitante. Recordemos rapidamente o enredo para observarmos essas características.

A história se passa em 1869, no Rio de Janeiro. Dona Benedita vive com dois filhos: “um pirralho de doze anos” e Eulália, que possui dezoito. O marido, desembargador Proença, vive no Pará. Corre o boato de que ele “está de amores com uma viúva” naquele estado e que por isso não insiste para a mulher ir. O cônego Roxo é um amigo da casa e se esforça por arranjar casamento para Eulália. É ele quem fala a Dona Benedita de Leandrino, que é filho de Dona Maria dos Anjos e se formou em Direito. Mas Eulália não quer se casar com ele. Ela se interessa por outro, um oficial de marinha Mascarenhas, com quem se casará e terá um filho. Eulália muda-se com o marido para o norte. Uma noite, Dona Benedita meditava sobre a nova possibilidade de se casar quando vê a fada que se diz chamar Veleidade.

Vejamos agora o enredo mais detidamente e observando as características apontadas. O conto se inicia com o aniversário de quarenta e dois anos de Dona Benedita, que gasta todo o seu tempo em mimar uma nova amiga, a Maria dos Anjos. Carícias não lhe faltam:

D. Benedita não se contenta de falar à senhora gorda, tem uma das mãos desta entre as suas; e não se contenta de lhe ter presa a mão, fita-lhe uns olhos namorados, vivamente namorados. Não os fita, note-se bem, de um modo persistente e longo, mas inquieto, miúdo, repetido, instantâneo. Em todo caso, há muita ternura naquele gesto; e, dado que não a houvesse, não se perderia nada, porque D. Benedita repete com a boca a D. Maria dos Anjos tudo o que com os olhos lhe tem dito: — que está encantada, que considera uma fortuna conhecê-la, que é muito simpática, muito digna, que traz o coração nos olhos, etc., etc., etc. (p. 88)

No entanto, aos poucos Dona Benedita, que já havia escrito ao marido recomendando o bacharel, desiste do enorme desejo de casar a filha com ele quando se depara com a resistência da mesma. Não deseja mais visitar Maria dos Anjos, embora o faça afirmando estar com enxaqueca. A amizade esfria:

Felizmente, o jantar de D. Maria dos Anjos aquietou-a; e não digo que a enchesse de grande satisfação, porque não foi assim. Os modos de D. Benedita não eram os do costume; eram frios, secos, ou quase secos... (p. 100)

Observa-se assim o movimento dado pelas características mostradas: Dona Benedita planeja o casamento da filha, elogia os futuros parentes, e depois desiste de dar continuidade ao projeto matrimonial, naquele caso. Talvez esse empenho por algo que não chega a realizar atinge seu auge na possibilidade

de ir ao Pará. Dona Benedita planeja toda a viagem. Pensa em levar uma escrava e por isso comprar quatro passagens no navio que partirá numa sexta-feira. Nesse prazo, oito ou dez dias, arrumará as malas. Considera ser preciso comprar mais uma, mas Eulália lhe desestimula. Vai ao escritório da Companhia de Paquetes, mas acaba não comprando as passagens. Comprará na véspera. Comunica os amigos que viajará e eles recebem a notícia com normalidade. O motivo de não viajar é banal, ou melhor, supersticioso:

A viagem não se fez por um motivo supersticioso. D. Benedita, no domingo à noite, advertiu que o paquete seguia na sexta-feira, e achou que o dia era mau. Iriam no outro paquete. Não foram no outro; mas desta vez os motivos escapam inteiramente ao alcance do olhar humano, e o melhor alvitre em tais casos é não teimar com o impenetrável. A verdade é que D. Benedita não foi, mas iria no terceiro paquete, a não ser um incidente que lhe trocou os planos. (p. 103)

O incidente é justamente uma nova amizade trazida pela filha. Trata-se agora de uma família do Andaraí. Dona Benedita passa a considerar a família de forma “intensíssima”. Dessa família, vale ressaltar que a Dona Petronilha é irmã de Dona Maricota, que ia se casar com um oficial da marinha, que, por sua vez, é irmão de outro oficial chamado Mascarenhas. Este se casará, após frequentar a casa de Dona Benedita, com Eulália. Embora a velocidade com que se organiza o casamento, talvez para que a mãe não desistisse do mesmo, é preciso refletir sobre uma característica própria de Eulália.

Novamente recorremos ao nome da personagem para dizer que, etimologicamente, Eulália significa “boa fala”. Embora se trate justamente de uma personagem que fala pouco durante o conto, suas falas e atitudes são decisivas para a mãe desanimar ou enfrentar o casamento em questão. Ao desenrolar da história, Eulália repete a frase “isto acaba”. Aos poucos, como dissemos, a mãe vai desistindo de seus intuitos.

O desembargador Proença falece. Decorre-se o primeiro ano de viuvez e surge um pretendente para Dona Emília, que o elogia inicialmente, mas depois desiste do casamento. A filha se muda com o marido e a neta e logo em seguida surge mais um pretendente para a mãe. Desta vez um advogado também viúvo. Certa noite, matutando sobre a possibilidade de se casar novamente, surge a fada que presidiu ao seu nascimento e se diz chamar Veleidade. Palavra que, como foi dito, caracteriza Dona Benedita. O conto termina com a fada dispersando-se na noite e no silêncio.

6. O segredo do bonzo

Assim como “Na arca”, em que Machado imita o estilo bíblico, no conto “O segredo do bonzo” o autor imita o estilo do livro *Peregrinação*, cuja publicação data de 1614. O subtítulo nos lembra o procedimento usado naquele conto: “capítulo inédito de Fernão Mendes Pinto”.

Fernão Mendes Pinto (1510-1583) foi um explorador e escritor português que embarcou para a Índia em 1537. Permaneceu cerca de dezessete anos no Oriente. Em 1558 teria voltado a Portugal e iniciado a escrita de *Peregrinação*, que só foi finalizada em 1580 e publicada postumamente. Trata-se de uma descrição do mundo oriental e do relacionamento dos portugueses com outras culturas. Segundo Adolfo Gonsalves, Mendes Pinto, “por contar tantos fatos exóticos e fabulosos, passou a ser considerado um grande mentiroso”. Tal fama teria inspirado o trocadilho: “Fernão, mentes? — Minto”.

Na “Nota C”, que Machado escreve para *Papéis avulsos*, vemos que o início de “O segredo do bonzo” situa o novo capítulo entre os de número CCXIII e CCXIV, de *Peregrinação*. É importante observar, desde já, que o termo bonzo pode significar tanto monge budista quanto pessoa hipócrita. Sobre isso, o dicionário Houaiss acrescenta “ignorante, que se dá ares de superioridade”. O próprio Machado de Assis assegura este segundo significado: “O bonzo do meu escrito chama-se Pomada, e pomadistas os seus

sectários. *Pomada* e *pomadista* são locuções familiares da nossa terra: é o nome local do charlatão e do charlatanismo” (p. 171).

A história se passa na cidade de Fuchéu, no reino de Bungo, em 1552. O narrador, que é Fernão Mendes Pinto, percorre a cidade acompanhado de Diogo Meireles, que conhece melhor a língua da terra e lhe serve como tradutor. Reside aqui o primeiro ponto sobre a verdade. Os relatos traduzidos, como se sabe, são mentiras. Temos, assim, mentiras recontadas em outra língua, que nos são apresentadas por quem ouviu a tradução.

Essas mentiras são tomadas pelo povo de Fuchéu como grandes verdades, frutos de grandes pesquisas e feitos. O primeiro caso apresentado no conto é o de Patimau, que prega a descoberta que fez: a de que os grilos se originam do ar e das folhas de coqueiro na conjunção da lua nova. O reconhecimento é instantâneo. O segundo caso é o de Languru, que descobriu que o princípio da vida futura, quando a terra fosse destruída, era certa gosta de sangue de vaca. Todos o aplaudem.

O narrador descobre, por meio do alparqueiro Titané, que Patimau e Languru são seguidores da doutrina do bonzo, chamado Pomada, que mora próximo ao monte Coral. Visitam-no. O bonzo, um velho de cento e oito anos, lhes diz então o seguinte:

— Haveis de entender, começou ele, que a virtude e o saber, têm duas existências paralelas, uma no sujeito que as possui, outra no espírito dos que o ouvem ou contemplam. Se puserdes as mais sublimes virtudes e os mais profundos conhecimentos em um sujeito solitário, remoto de todo contacto com outros homens, é como se eles não existissem. Os frutos de uma laranjeira, se ninguém os gostar, valem tanto como as urzes e plantas bravias, e, se ninguém os vir, não valem nada; ou, por outras palavras mais enérgicas, não há espetáculo sem espectador. (...) Considerarei o caso (da lua), e entendi que, se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente. (p. 110-111)

Como se pode perceber, o bonzo Pomada lhes ensina os princípios do charlatanismo, que, evidentemente, chama de doutrina. Titané, Fernão Mendes Pinto e Diogo Meireles resolvem então colocar em prática os ensinamentos de Pomada, tornando-se assim pomadistas. Titané utiliza um periódico do lugar para divulgar novas verdades sobre as alpercatas que produz e com isso vender mais. Já o narrador, por saber tocar a charamela, aplica a doutrina nos gestos e na graça de tocar o instrumento, conseguindo grande resultado. Porém, o melhor resultado foi conseguido por Diogo Meireles.

O povo de Fuchéu sofria de uma doença que fazia inchar exageradamente os narizes. Diogo Meireles, que também praticava a medicina, descobriu que não havia perigo em desnarigar os doentes. Porém, nenhum deles se sujeitava ao procedimento. Diogo Meireles inventou então a cura metafísica, ou seja, um nariz invisível que seria colocado no lugar do arrancado. Os doentes se sujeitaram e Diogo Meireles lhes subtraiu os narizes. Sobre isso, o narrador nos diz:

Nenhuma outra prova quero da eficácia da doutrina e do fruto dessa experiência, senão o fato de que todos os desnarigados de Diogo Meireles continuaram a prover-se dos mesmos lenços de assoar. O que tudo deixo relatado para glória do bonzo e benefício do mundo. (p. 115)

Assim sendo, o conto “O segredo do bonzo” é uma discussão sobre a verdade e o charlatanismo. Evidentemente, Machado de Assis se serve da fama de mentiroso de Fernão Mendes Pinto para inventar a doutrina do bonzo. Há assim uma forte ironia com o escritor português, que teria aprendido a mentir. Resta dizer ainda que, como Machado imita o estilo do português, seu texto se assemelha aos relatos de viagem do período literário que chamamos de Literatura de viagens ou de informação.

7. O anel de Polícrates

Assim como ocorre em “Teoria do medalhão”, o conto “O anel de Polícrates” é formado por um diálogo. Os personagens A e Z conversam sobre Xavier. Os dois tem conhecimento de muito tempo com ele: Z o conhece por quinze anos e A consegue superar este tempo. Porém, cada trava conhecimento a sua maneira. Segundo Dirce Riedel, o personagem Z conhece o “Xavier exterior” enquanto o A conhece o “especulativo”. Novamente, em *Papéis avulsos*, Machado trabalha a relação entre essência e aparência sem cair no lugar comum dos termos, pois há uma certa confluência nesses planos: ambos convergem, nesse caso, para a perda de uma idéia.

Ainda que seja possível, é difícil evitar, na leitura deste conto, as informações memorialísticas que Machado nos dá na “Nota D” acerca de Artur de Oliveira [1851-1882]. O melhor, aliás, é aproveitá-las na interpretação. Podemos dizer que este amigo do autor aparece em sua obra ficcionalizado. Machado escreve sobre Artur:

Em algumas linhas escritas para dar o último adeus a Artur de Oliveira, meu triste amigo, disse que era ele o original deste personagem. Menos a vaidade, que não tinha, e salvo alguns rasgos mais acentuados, este Xavier era o Artur. (...)

Esse personagem (posso agora dizê-lo) era, em algumas partes, o nosso mesmo Artur, com a sua poderosa loqüela e extraordinária fantasia. Um saco de espantos. Mas, se o da minha invenção morreu exausto de espírito, não aconteceu o mesmo a Artur de Oliveira, que pôde alguma vez ficar prostrado, mas não exauriu nunca a força genial que possuía. (p. 171)

Artur de Oliveira foi boêmio e erudito, mas escreveu muito pouco. Quando retorna da Europa tem papel importante na introdução do Parnasianismo no Brasil. Sendo escassa a sua produção literária, pode-se dizer que exerceu uma influência mais oral do que pela escrita. Segundo Josué Montello, a indicação de Artur como patrono da ABL foi feita por Machado.

Tanto Artur de Oliveira quanto o personagem Xavier (na concepção do personagem A) eram “um saco de espantos”. Os dois são exemplos de pessoa cheia de idéias, em que o uso da fantasia é um traço marcante. Porém, há uma forte diferença: enquanto Artur morreu levando consigo um amplo conhecimento, o personagem Xavier “não só perdeu as idéias que tinha, mas até exauriu a faculdade de as criar” (p. 121). Pelas diferenças, principalmente, podemos dizer que Artur aparece ficcionalizado no texto machadiano.

Retomando o enredo, em “O anel de Polícrates”, A e Z travam conversa sobre Xavier. Z conhece o personagem pelo seu exterior. Para ele, trata-se de um homem que nunca foi rico, mas que sempre teve um cotidiano regrado e é econômico. Já A o conhece pelo viés especulativo e sabe se tratar de pessoa inteligente e imaginativa. Conhece mais seu interior e pode apresentá-lo a Z que julgava conhecer Xavier. Nesse sentido, A, ao narrar o que sabe a Z, ocupa posição de narrador.

A diz então que Xavier era rico e pródigo. Cabe lembrar que a riqueza que dissipa é a própria imaginação que possui. A diz por exemplo que Xavier, estando apaixonado, pediu a um dos arcanjos de Milton que levasse três estrelas do Cruzeiro de presente para a senhora desejada. A imaginação, repetimos, é a sua fortuna. Uma imagem bonita usada para o mesmo e que exprime bem essa riqueza é a de uma cachoeira de idéias e imagens. A ainda reforça que não se tratava de um doido, mas de um “originalão”.

Assim como Artur de Oliveira, suas idéias não iam para o papel: “As páginas que então falava, os capítulos que lhe borbotalavam da boca, só precisavam de uma arte de os imprimir no ar e depois no papel, para serem páginas e capítulos excelentes” (p. 120). Porém, como foi dito, perdeu a faculdade de ter idéias. Esvaiu-lhe a imaginação.

Um dia, vendo um homem domar um cavalo que corcoveava, comparou a vida a um cavalo xucro

e manhoso e disse: “quem não for cavaleiro, que o pareça”. Mesmo não sendo uma idéia extraordinária, deu-a como tal e repetiu-a várias vezes. Xavier resolveu depois fazer como Polícrates e aguardar o retorno da idéia após jogá-la “ao mar”. Trata-se de uma anedota em que o rei Polícrates, como sacrifício, teria jogado seu anel ao mar. Este anel foi engolido por um peixe que foi pescado e mandado para a sua cozinha. Polícrates, assim, recuperou-o.

Encontrando-se com um amigo, Xavier lhe entregou a idéia como quem a joga aos peixes. A partir daí começa uma série de encontros com a sua idéia, mas, diferentemente de Polícrates, este anel não lhe volta do dedo. O personagem A ainda conta ao Z que Xavier se deparou com sua idéia em três situações marcantes: viu-a primeiro num jornal da oposição; depois indo ao teatro ouve de um ator a sua frase; e por fim ouve daquele amigo, que se encontrava perto da morte, a sua idéia reformulada. Sua idéia “esvoaçou alguns minutos sobre o cadáver (...) e fugiu como das outras vezes, metendo-se no cérebro de alguns sujeitos” (p. 126). Xavier, no conto, não chega a recuperar a idéia.

Machado nos conta ainda, na “Nota D”, que poucas horas antes de Artur de Oliveira morrer, conversou com ele sobre *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Assim, novamente o autor nos fornece informações sobre seu processo criativo, além de deixar registrado um poema que fez a Artur. Com tudo isso parece homenagear um amigo que existiu mais pelas obras dos outros, ou seja, pelas influências que exerceu, do que pela própria.

8. O empréstimo

No início do conto “O empréstimo” é dito que se trata de uma anedota no “genuíno sentido do vocábulo”. Esse cuidado com a palavra é compreensível uma vez que na sua origem que dizer “coisas não publicadas” e, com o uso, passou a significar um episódio ou particularidade em que há imaginação. É uma forma encontrada por Machado de Assis de criar um pacto com o leitor, fazendo-se supor que a história é verdadeira.

Este conto trata principalmente de uma conversa entre o tabelião Vaz Nunes e Custódio, um sujeito pobre e meio vagabundo. Este vai ao cartório daquele pedir um empréstimo. Inicia-se o conflito, ou melhor, uma negociação em que um deseja conseguir dinheiro a qualquer custo e o outro não o quer perder. Sobre isso, é válido observarmos o comentário feito por Ivo Barbieri:

Curiosa a anedota de “O empréstimo”, onde é dado ao leitor acompanhar o confronto de disfarces entre dois cavalheiros. A cada lance desse jogo, cada um dos contendores aparenta estar jogando a sua última cartada, ao mesmo tempo que cada uma das partes disfarça os trunfos de que ainda dispõe: a elasticidade da ambição, de um lado, e a capacidade de concessão, do outro. Encerrada a contenda, ambos parecem sair satisfeitos com o próprio desempenho cujo ganho é mínimo para um e a perda, insignificante para o outro. (BARBIERI, 2006, p. 08)

O encontro se dá no cartório de Vaz Nunes, após as quatro horas, horário em que todos os escreventes vão embora. Ao mesmo tempo em que essa informação marca o tempo da conversa, que será de uma hora, permite que os dois personagens se confrontem sozinhos, sem interferências. O tempo é importante e nos remete à consideração feita pelo narrador no início do conto: “muitas vezes uma só hora é a representação de uma vida inteira”.

É interessante observar que a apresentação feita de cada personagem aponta para uma difícil solução. De um lado, temos Vaz Nunes, que é honesto, perspicaz, adivinhava o caráter das pessoas, “conhecia a alma de um testador muito antes de acabar o testamento”. De outro lado, temos Custódio, que além pobre não sabia ganhar dinheiro, tinha vocação para negócios ruins e conseguia ser ao mesmo tempo pedinte e

general: “na rua, andando, sem almoço e sem vintém, parecia levar após si um exército” (p. 128).

Custódio decide tentar se tornar sócio de uma fábrica de agulhas. Mas para isso precisa de cinco contos de réis. Recorre aos amigos que não lhe emprestam e dizem não acreditar no negócio. Recorre enfim ao tabelião Vaz Nunes, com quem esteve em ceia de Natal na casa de Teodorico, que também diz não os ter para emprestar. O tabelião diz se tratar de muito dinheiro. Custódio vê na conversa a possibilidade de conseguir menos e pede-lhe então quinhentos mil réis. Vaz Nunes oferece-lhe coisa melhor, a possibilidade de um emprego, mas o pedinte lhe interrompe e retorna ao assunto do empréstimo, baixando o valor para duzentos. Aquele lhe diz então que nem cem, se ele pedisse, poderia emprestar naquela ocasião.

O tabelião vai ao meio da sala conferir o relógio: cinco horas. Custódio desiste aos poucos dos cem, dos cinquenta, dos vinte e chega a pensar no valor de dez mil réis. Pede-os então ao Vaz Nunes, que abre a carteira, mostra-lhe duas notas de cinco e ao mesmo tempo propõe uma divisão do valor. O pedinte aceita o valor e vai embora andando como um general.

Como bem afirmou Ivo Barbieri, tanto o pedinte quanto o tabelião podem ser comparados a adversários de um jogo, no qual um quer ganhar e o outro não quer perder. Há por isso uma satisfação na solução do caso. O valor é insignificante para Vaz Nunes e mínimo, mas com a sua devida importância, para Custódio.

O tempo de uma hora é suficiente para que o tabelião conheça bem Custódio e lhe recuse qualquer empréstimo. O leitor, por sua vez, conhece os dois personagens e sabe pelo “até breve” do pedinte, “um até breve cheio de afirmações implícitas” (p.134), que seu retorno é praticamente certo.

9. A sereníssima república

O subtítulo de “A sereníssima república” anuncia que o gênero, conto, se relaciona com outro: conferência. O narrador, cônego Vargas, chama o povo para comunicar uma descoberta que fez em 1876 e que nunca havia sido divulgada. O motivo de divulgá-la agora se deve ao fato de um jornal chamado *Globo* ter noticiado que um sábio inglês descobriu a linguagem fônica dos insetos, tendo estudado as moscas. Ele, muito antes disso, havia descoberto a linguagem de certas aranhas e as organizado socialmente. A conferência foi a maneira que encontrou de “ressalvar os direitos da ciência brasileira” (p. 137).

O estudo da língua das aranhas o impressionou muito:

Sim, senhores, descobri uma espécie araneida que dispõe do uso da fala; coligi alguns, depois muitos dos novos articulados, e organizei-os socialmente. (...) Nada, porém, se pode comparar ao pasmo que me causou a descoberta do idioma araneida, uma língua, senhores, nada menos que uma língua rica e variada, com a sua estrutura sintática, os seus verbos, conjugações, declinações, casos latinos e formas onomatopaicas, uma língua que estou gramaticando para uso das academias, como o fiz sumariamente para meu próprio uso. (p. 136-137)

Em março de 1877, o cônego contava quatrocentas e noventa aranhas em sua chácara e afirma, em seu discurso, que elas o tinham como um “deus das aranhas”. Vendo as anotações que fazia em seu livro, criam que anotava os seus pecados e praticaram mais ainda as virtudes. Vargas resolveu então dar-lhes um governo idôneo e para isso recorreu ao sistema político antigo de Veneza. A república das aranhas é então batizada de “Sereníssima República” e a forma de escolha dos políticos é uma espécie de sorteio:

No dia da eleição, as bolas (com os nomes dos candidatos) são metidas no saco e tiradas pelo oficial das extrações, até perfazer o número dos elegendos. Isto que era um simples processo inicial na antiga Veneza, serve aqui ao provimento de todos os cargos. (p. 139)

Aos poucos a corrupção atinge o sistema político das aranhas. Constata-se que duas bolas com o mesmo foram colocadas no saco. Reduz-se a largura do saco numa tentativa de evitar fraudes. Posteriormente, um candidato deixou de ser inscrito e as medidas do saco são restauradas. Começa assim uma série de problemas de corrupção e/ou de má fé e, conseqüentemente, as leis são alteradas. Muitas dessas alterações implicam em modificações no formato do saco. É preciso dizer ainda que este foi composto e refeito por dez aranhas chamadas “mães da república”.

O conto termina justamente com uma dessas resoluções legislativas que impõem às mães da república uma nova alteração do saco. Uma aranha chamada Erasmus informa a decisão àquelas comparando-as a Penélope:

— Vós sois a Penélope da nossa república, disse ele ao terminar; tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a Sapiência. (p. 142)

Temos assim uma clara intertextualidade com a personagem da mitologia grega chamada Penélope, que permaneceu fiel durante os vinte anos em que seu marido Ulisses esteve ausente em virtude da Guerra de Tróia. Com o tempo, muitos pretendentes a disputam e ela tem um plano: afirma que escolherá um marido quando terminar de tricotar uma mortalha; no entanto, desfaz de noite o que fez de dia e com esse estratagem ganha tempo. Ulisses retorna e mata seus inimigos.

Em “A sereníssima república”, as mães da república, que são comparadas a Penélope, aguardam por Ulisses que é a sapiência, ou seja, aguardam não só pela sabedoria como, no caso, por uma legislação perfeita que resolva os problemas eleitorais do governo das aranhas. Mas a perfeição, como disse cônego Vargas, não é deste mundo.

Machado de Assis utiliza uma forma alegórica, o mundo das aranhas, para discutir os problemas eleitorais do Brasil e de sua época. Em nota explicativa nos informa que há nesse conto “um sentido restrito: — as nossas alternativas eleitorais”. Assim sendo, parece nítido que o autor se refere, ainda que metaforicamente, ao sistema eleitoral brasileiro do século XIX. Nesse sentido, restaria aos brasileiros buscar em Penélope um exemplo de paciência a ser seguido.

Contudo, é comum, nesses casos em que se recorre à alegoria, ocorrer com o tempo variações nas interpretações do texto literário, fenômeno semelhante ao que acontece com a crônica. Ainda que seja possível um estudo histórico do conto, procedimento que não deve ser descartado, o seu enredo possui significação própria.

10. O espelho

O conto “O espelho”, de Machado de Assis, ainda que seja narrado em terceira pessoa, possui a dimensão do narrador-personagem, no caso, de Jacobina. Este faz parte de uma turma de cinco senhores, que debatia temas de “alta transcendência” ou metafísicos numa casa localizada no morro de Santa Tereza. Jacobina, que evitava a discussão e preferia ouvir, é instigado a falar e acaba contando um episódio da época em que tinha vinte e cinco anos. Sua vivência serve para demonstrar a idéia de que cada ser humano possui não uma, mas duas almas:

Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para entro... (...) A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. (...) Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. (p. 144)

Sua vivência, como dissemos, exemplifica a teoria. Aos vinte e cinco anos, Jacobina, que era pobre, foi nomeado alferes da guarda nacional. Após uma primeira comemoração do título com parentes mais próximos, Jacobina vai passar algumas semanas no sítio de uma tia chamada Marcolina. Longe deles, dá continuidade a uma transformação iniciada com o título recebido, que, por sinal, não combina com a forma como era chamado anteriormente: Joãozinho. Era agora o “senhor alferes”.

Para receber a ilustre visita, Marcolina manda pôr em seu quarto o melhor móvel da casa: um espelho grande. Em sua narrativa, Jacobina afirma que no fim de três semanas já era outro: “o alferes eliminou o homem”. Evidentemente, essa transformação está marcada principalmente por um reconhecimento exterior, social, pelo fato de todos o considerarem importante. Um outro episódio, porém, vem alterar o cotidiano no sítio. Dona Marcolina teve que deixar o sítio às pressas por causa de uma de suas filhas que se encontrava à beira da morte. O alferes ficou com a responsabilidade de tomar conta do sítio.

Na ausência de todos os parentes, são os escravos que lhe lembram que é alferes e importante. A fuga dos escravos ocorrida durante a noite vem no entanto lhe alterar novamente a rotina e permitir que ficasse completamente só:

Minha solidão tomou proporções enormes. Nunca os dias foram mais compridos, nunca o sol abrasou a terra com uma obstinação mais cansativa. As horas batiam de século a século no velho relógio da sala, cuja pêndula *tic-tac, tic-tac*, feria-me a alma interior, como um piparote contínuo da eternidade. (p. 148)

Se o reconhecimento de todos lhe inculcou uma nova identidade, a de alferes, a solidão lhe trouxe uma crise. O mundo exterior não mais lhe lembrava o título que transformou seu ser. É preciso observar que Jacobina, desde que ficara só, não havia se defrontado mais pelo espelho. Após oito dias de solidão, se dirige ao espelho, mas não se reconhece na imagem refletida: “O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra” (p. 150).

Cabe lembrar que Jacobina não estava fardado. Após essa breve irritação com a própria imagem, lembra-se de vestir a farda de alferes e se apresentar novamente ao espelho. Com isso, sente-se recompensado, pois sua imagem surge completa, ou melhor, pelo espelho tornou a encontrar a alma exterior. O personagem empenha-se então num regime em prol de sua identidade de homem sério e importante:

Olhava para o espelho, ia de um lado para outro, recuava, gesticulava, sorria e o vidro exprimia tudo. Não era mais um autômato, era um ente animado. Daí em diante, fui outro. Cada dia, a uma certa hora, vestia-me de alferes, e sentava-me diante do espelho, lendo olhando, meditando; no fim de duas, três horas, despia-me outra vez. Com este regímen pude atravessar mais seis dias de solidão, sem os sentir... (p. 151)

O conto termina com um certo pasmo dos ouvintes, que não percebem a saída de Jacobina. Como se pode perceber, neste conto de Machado há novamente a relação entre interior e exterior, ou, em outras palavras, entre aparência e essência, que se constitui na teoria da alma humana. “O espelho” surpreende, entretanto, pela possibilidade de a máscara, no caso a de alferes, exterminar o que seria entendido como o universo interior, o eu. Neste sentido, para Alfredo Bosi, este conto “investe contra as certezas do eu romântico”¹. A busca de Jacobina pela aparência representa assim uma busca pela realidade ou pelo entendimento do próprio ser. A prevalência do mundo exterior pode ser associada, nessa perspectiva, à segunda fase literária do autor: o Realismo.

¹ BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: *Machado de Assis*, p. 447.

11. Uma visita de Alcibíades

Em nota explicativa, Machado diz que “Uma visita de Alcibíades” teve a sua primeira versão totalmente reformulada. Este conto foi publicado inicialmente em 1876 no *Jornal das famílias* e, já em 1882, na *Gazeta de notícias*. Ivo Barbieri comparou as duas versões do seguinte modo:

Na versão A, o desembargador Álvares, “galhofeiro e parlador”, conta o caso como anedota a um grupo de amigos reunidos na noite de Natal; na versão B, o desembargador aparece como um velho companheiro de estudos gregos do chefe de polícia, a quem dirige a denúncia do ocorrido, redigida em termos ironicamente sérios: “Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da corte”. Essa mudança de posição do narrador e da qualidade da linguagem alteram substancialmente o registro e o sentido do discurso. Pois, ao mesmo tempo que faz da figura do narrador personagem principal da narrativa, converte o destinatário em avalista da veracidade do narrado. (BARBIERI. 2006, p. 04)

Como se pode perceber, a forte alteração feita por Machado altera também o posicionamento do leitor em relação à veracidade do enredo. O relato em noite de Natal se transforma em carta séria destinada a pessoa importante: o chefe de polícia da Corte. Com isso, há um reforço em relação ao episódio narrado. Por outro lado, ainda que o nome do personagem-principal seja suprimido, é chamado apenas de “x”, sabe-se que quem fala é um desembargador. Por sinal, tal procedimento nos lembra outro conto fabuloso de Machado em que um cônego é o narrador. Mas se em “A sereníssima república” havia um diálogo com o gênero *conferência*, neste, o diálogo com o gênero *carta* dá à história um caráter de documento. Por isso mesmo, o enredo de “Uma visita de Alcibíades” produz estranhamento.

O conto, como dissemos, é uma carta do desembargador ao chefe de polícia e ex-companheiro de estudos. O destinatário sabe, portanto, que o remetente tem uma devoção pelos textos gregos. Na carta (ou no conto) o desembargador afirma que, após o jantar, leu sobre a vida do ateniense Alcibíades (450?-404 a.C) e que se perguntou sobre que impressão ele teria se visse o vestuário moderno (do século XIX). Resolveu então evocar o Alcibíades e chamá-lo à sua casa.

O próprio narrador utiliza a palavra *extraordinário* para falar da aparição do ateniense. Cita o espiritismo e afirma, com ironia, ter pedido um fantasma e não um homem de verdade. Os dois então conversam em grego antigo e o desembargador lhe dá notícias de Atenas, dentre outras. Diante de um certo medo da eternidade, o narrador tenta escapar do antepassado grego dizendo que irá a um baile. A visita, no entanto, após saber que Zeus, Dioniso e Afrodite estão mortos, decide ir ao baile também. O desembargador, por sua vez, tenta-lhe convencer de que seria imprudente uma vez que a sua roupa poderia fazê-lo passar por doido ou comediante. Ele, porém, decide mudar de roupa e vestir alguma que fosse emprestada pelo próprio desembargador, sendo necessário apenas que este se vista primeiro para que ele o imite.

O narrador começa a se vestir e, ao mesmo tempo, apresentar a roupa de seu século à visita. Machado promove, desta maneira, um estranho choque cultural, pois o mesmo ocorre entre pessoas de diferentes séculos. Alcibíades chamará, por exemplo, as calças de “canudos pretos” e dirá que acha a cor preta feia e triste. Diante do laço da gravata, acha que o desembargador irá se enforcar e intervém. Por fim, coloca o chapéu e vê Alcibíades cambaleiar e cair. É a segunda morte do ateniense:

Corri ao ilustre ateniense, para levá-lo, mas (com dor o digo) era tarde; estava morto, morto pela segunda vez. Rogo a V. Ex.^a se digne de expedir suas respeitáveis ordens para que o cadáver seja transportado ao necrotério, e se proceda ao corpo de delito, relevando-me de não ir pessoalmente à casa de V. Ex.^a agora mesmo (dez da noite) em atenção ao profundo abalo por que acabo de passar, o que aliás farei amanhã de manhã, antes das oito. (p. 159)

Dá-se assim o motivo da carta ao chefe de polícia. Mais assombroso do que a aparição de um personagem grego de mais de vinte séculos é assistir à sua segunda morte e ter que lidar com um cadáver inexplicável.

É preciso dizer ainda que, num primeiro plano, este conto, que nos coloca no tênue limite entre o possível e o impossível, mesmo no patamar da ficção, pode ser associado ao que chamamos de literatura fantástica. Num segundo plano, temos uma discussão sobre a leitura e nesse sentido o conto é metalingüístico. Logo no início o narrador: “Abri o tomo, e sucedeu o que sempre se dá comigo quando leio alguma coisa antiga: transporto-me ao tempo e ao meio da ação ou da obra” (p. 152). Em “Uma visita de Alcibíades”, Machado inverte um pouco essa ordem, pois é a história que surge diante do personagem. Levantada a questão da imaginação, ainda temos ao final do conto um cadáver. É justamente nesse aspecto que Machado parece tratar, de forma metalingüística, do tema leitura. O leitor, que deve embarcar na história, se depara ao final com a dúvida, se tudo é verdade ou não, que permanecerá. Sobre isso é bom lembrar o que é dito no final de “A chinela turca”: “o melhor drama está no espectador e não no palco” (p. 79).

12. Verba testamentária

O último conto de *Papéis avulsos* pode ser relacionado ao primeiro, se atentarmos que há nele uma preocupação com a questão da normalidade. Sobre isso, Ivo Barbieri escreve:

Fechando o volume, “Verba testamentária”, narrativa simetricamente contraposta à peça de abertura, (“O alienista”), guarda com este contrastes e afinidades surpreendentes. Assim, paralelamente ao internamento dos loucos na Casa Verde cujo propósito visa, além da cura, afastá-los dos olhos da população de Itaguaí, a morbidez incurável de Nicolau determina o seu afastamento do convívio social envolvendo-o numa redoma de ilusões que o tornem inofensivo. (BARBIERI. 2006, p. 09)

Segundo Barbieri, também há um contraste na questão da narrativa: enquanto a história de “O alienista” é registrada em crônicas e depois resgatada, “Verba testamentária” possui um narrador que afirma que o esquecimento é uma necessidade. Nesse sentido, é curioso observar que o início do conto “Verba testamentária” antecede que a história contada já caiu no esquecimento: “A vida é uma lousa, em que o destino, para escrever um novo caso, precisa apagar o caso escrito” (p. 160).

O conto faz uma espécie de resumo da vida de Nicolau. Assim, no final do século XVIII gosta de destruir os brinquedos dos outros meninos e chutar-lhes. É mais do que uma inveja do que é melhor ou superior ao que tem, é uma patologia: “esse menino não é um produto são, não é um organismo perfeito” (p. 161). Os pais tentaram corrigir-lhe, mas não obtiveram sucesso. O único corretivo que apresentou algum resultado foi a sua reclusão.

Nicolau ficou preso em casa durante três ou quatro meses. Nesse período comportou-se muito bem. Terminada a reclusão foi entregue a um professor de gramática e à palmatória, mas pouco adianta. Em 1809 seus pais já estavam mortos e Nicolau, que passou a viver só, contava ainda com a irmã, que estava casada com um médico holandês. É importante observar que embora Nicolau, agora com vinte e três anos, fizesse mal às pessoas que lhe fossem super ou melhor em alguma medida, conviver com elas também lhe trazia um tormento estranho:

Tinha vinte e três anos; era um dos petimetres da cidade, mas um singular petimetre, que não podia encarar nenhum outro, ou fosse mais gentil de feições, ou portador de algum colete especial sem padecer uma dor violenta, tão violenta, que o obrigava às vezes a trincar o beijo até deitar sangue. Tinha ocasiões de cambalear; outras de escorrer-lhe pelo canto da boca um fio

quase imperceptível de espuma. (p. 163)

Nicolau tinha algum conhecimento do mal que trazia e, com isso, se aproximava de pessoas que achava insignificantes ou inferiores. A irmã e o cunhado tentaram impulsionar a sua vida de alguma maneira e buscar um atenuante para o mal. Impelem-no a procurar emprego, a se casar e a mudar-se para uma fazenda. O cunhado suspeitava que a moléstia de Nicolau era um verme que, no baço, se nutria de uma secreção especial produzida quando ele se atormentava. Não sabendo como matar tal verme contava em diminuir os momentos que lhe provocavam angústia.

Recolhido à fazenda e casado, Nicolau não suporta os elogios feitos à própria mulher. Logo depois ela morre. Tendo se dedicado à política antes do casamento, após a morte da esposa Nicolau torna-se revolucionário. Abandona a vida pública com a Maioridade. Depois, seu mal se agrava e ele rejeita os remédios dos médicos importantes. Sua morte é marcada com a divulgação e execução da verba testamentária, que ganha fama rapidamente. O último pedido de Nicolau era que seu caixão fosse feito por um sujeito desconhecido, chamado Joaquim Soares. Muitos então consideraram que o ato de Nicolau representava “uma ação rara e magnânima” (p. 160). Porém, não tardou o personagem e toda a sua história caiu no esquecimento.

Cumprido ressaltar ainda que a atormentada vida de Nicolau acompanha a aturdida vida política do Brasil. Os episódios vividos pelo personagem estão contextualizados e em grande parte se relacionam com os fatos históricos de sua época. São mencionados no conto os seguintes: a distribuição de títulos militares pelo conde de Resende no final do século XVIII; a notícia da segunda queda de Napoleão; o Grito do Ipiranga; a Constituinte e a dissolução de sua Assembléia; a abdicação de D. Pedro I e a Regência; e por fim a Maioridade.

Questões de múltipla escolha

1. Sobre a obra *Papéis avulsos* é correto afirmar que:

- a) por ser datada de 1882 pertence à primeira fase de Machado de Assis.
- b) por ser um livro de contos, não há subtítulos e divisão em capítulos.
- c) há, no livro, uma nítida confluência de gêneros.
- d) todos os contos apresentam simetria tanto em relação ao tamanho quanto à forma.

2. Leia o trecho abaixo retirado do conto “O alienista”, de Machado de Assis:

A vereança de Itaguaí, entre outros pecados de que é argüida pelos cronistas, tinha o de não fazer caso dos dementes. Assim é que cada louco furioso era trancado em uma alcova, na própria casa, e, não curado, mas descurado, até que a morte o vinha defraudar do benefício da vida; os mansos andavam à solta pela rua. Simão Bacamarte entendeu desde logo reformar tão ruim costume; pediu licença à câmara para agasalhar e tratar no edifício que ia construir todos os loucos de Itaguaí e das demais vilas e cidades, mediante um estipêndio, que a câmara lhe daria quando a família do enfermo o não pudesse fazer. (p. 14)

A partir do trecho destacado e de sua leitura de “O alienista”, pode-se dizer que:

- a) o narrador recorre a crônicas para recontar a história de Simão Bacamarte.
- b) o alienista concordava com a maneira como eram tratados os loucos de Itaguaí.
- c) a câmara recusa o pagamento do estipêndio a Simão Bacamarte, embora lhe dê a concessão.
- d) o início do conto já anuncia que o alienista é um charlatão.

3. O trecho abaixo foi retirado do conto “A chinela turca”, de Machado de Assis:

— Há de perdoar-me, disse o representante da autoridade. A chinela de que se trata vale algumas dezenas de contos de réis; é ornada de finíssimos diamantes, que a tornam singularmente preciosa. Não é turca só pela forma, mas também pela origem. A dona, que é uma de nossas patrícias mais

viageiras, esteve, há cerca de três anos no Egito, onde a comprou a um judeu. (p. 74)

Levando em consideração o trecho acima e sua leitura do conto, assinale a alternativa correta:

- a) no conto, o personagem Duarte é acusado de ter roubado a chinela turca, crime que de fato cometeu.
- b) a aventura “vivida” pelo bacharel Duarte ocorre graças à leitura feita por Lopo Alves de um drama enfadonho.
- c) o drama de que se fala no conto pertence ao estilo renascentista.
- d) por ser um conto realista, “A chinela turca” não apresenta um universo fantasioso.

4. Com relação aos contos “Teoria do medalhão” e “O anel de Polícrates”, pode-se afirmar que:

- a) ambos dialogam com o gênero dramático por apresentarem em sua estrutura o uso de diálogo.
- b) Encontramos nos dois contos a rubrica, elemento recorrente no gênero dramático.
- c) por se tratar do gênero conto, neles a narrativa é mais utilizada do que o diálogo.
- d) em “Teoria do medalhão”, o personagem Jacobina explica sua teoria de que o ser humano contém duas almas.

5. Assinale a alternativa que apresenta os contos em que o pastiche é fortemente empregado por Machado de Assis:

- a) “Uma visita de Alcibíades” e “D. Benedita”.
- b) “Verba testamentária” e “O espelho”.
- c) “O alienista” e “O empréstimo”.
- d) “Na arca” e “O segredo do bonzo”.

6. Com relação ao conto “A sereníssima república”, de Machado de Assis, é incorreto afirmar que:

- a) embora seja um conto, estrutura-se como uma conferência.
- b) o cônego Vargas afirma não só ter descoberto uma espécie de aranha que fala como também ter organizado as aranhas politicamente.
- c) de forma alegórica, o conto se relaciona aos problemas eleitorais enfrentados no Brasil do século XIX.

d) a forma de governo implantada na sociedade araneida foi inspirada na que existiu no Brasil do século XIX.

7. O trecho a seguir foi extraído da nota explicativa D feita por Machado de Assis para o conto “O anel de Polícrates”:

Em algumas linhas escritas para dar o último adeus a Artur de Oliveira, meu triste amigo, disse que era ele o original deste personagem. Menos a vaidade, que não tinha, e salvo alguns rasgos mais acentuados, este Xavier era o Artur. (p. 171)

Relacionando a nota escrita por Machado a seu conto, pode-se afirmar que:

- a) não há relação entre o personagem Xavier e Artur de Oliveira.
- b) o conto foi elaborado a partir de elementos verdadeiros, biográficos.
- c) o personagem A não conhecia bem Xavier, embora discorra sobre ele.
- d) a nota explicativa de Machado em nada altera a interpretação do conto.

8. Com relação ao conto “Uma visita de Alcibíades”, não se pode dizer que:

- a) constitui-se no formato de carta.
- b) a linguagem do conto está relacionada ao fato de o narrador ser um desembargador.
- c) o conto narra a segunda morte de Alcibíades.
- d) quando o desembargador escreve a carta não se encontra mais abalado.

9. O trecho abaixo foi retirado do conto “Uma visita de Alcibíades”, que se encontra no livro *Papéis avulsos*, de Machado de Assis:

O grande homem (Alcibíades) tinha os olhos pendurados da minha boca; e, mostrando-me admirado de que os mortos lhe não houvessem contado nada, explicou-me que à porta do outro mundo afrouxavam muito os interesses deste. Não vira Botzaris nem lord Byron, — em primeiro lugar, porque é tanta e tantíssima a multidão de espíritos, que estes se fazem naturalmente desencontrados; em segundo lugar, porque eles lá congregam-se, não por nacionalidades ou outra ordem, senão por

categorias de índole, costume e profissão: assim é que ele, Alcibíades, anda no grupo dos políticos elegantes e namorados, com o duque de Buckingham, o Garrett, o nosso Maciel Monteiro, etc. (p. 154)

Com base no trecho, assinale a alternativa correta:

- a) por haver uma conversa entre os personagens, pode-se dizer que o trecho se enquadra no gênero dramático.
- b) Machado de Assis evita a intertextualidade no trecho acima, por fazer referência a um outro mundo: o espiritual.
- c) pode-se dizer que Machado de Assis utiliza a ironia.
- d) No trecho acima, o autor não utiliza o superlativo.

10. Todos os trechos abaixo foram extraídos do livro *Papéis avulsos*. Assinale o excerto que apresenta metalinguagem:

- a) “Simão Bacamarte explicou-lhe (ao tio) que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, são e inteligentes” (“O alienista”, p. 13).
- b) “— Vós (as mães da república) sois a Penélope da nossa república, disse ele ao terminar; tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a Sapiência” (“A sereníssima república”, p. 142).
- c) “Se entro nestas minúcias é para o fim de nada omitir do que possa dar a V. Ex.^a o conhecimento exato do extraordinário caso que lhe vou narrando. Já disse que Alcibíades escutava-me com avidez; acrescentarei que era esperto e arguto; entendia as coisas sem largo dispêndio de palavras” (“Uma visita de Alcibíades”, p. 154).
- d) “A assembléia aclamou a Diogo Meireles; e os doentes começaram de buscá-lo, em tanta cópia, que ele não tinha mãos a medir. Diogo Meireles desnarigava-os com muitíssima arte; depois estendia delicadamente os dedos a uma caixa, onde fingia ter os narizes substitutos, colhia um e aplicava-o ao lugar vazio” (“O segredo do bonzo, p. 114-115).

Questões abertas

1. Leia o trecho a seguir, extraído do artigo “Papéis à mesa como parentes” escrito por Ivo Barbieri:

Em “Verba testamentária”, última peça da coletânea, o fim parece reencontrar o começo. Com efeito, o caso da morbidez de Nicolau, narrado desde seus sintomas precoces até o desenlace fatal, é diagnosticado, tratado e cercado com todos os sinais da charlatanice reverenciada como ciência e cultuada como terapia milagrosa. (BARBIERI, 2006, p. 08)

A partir do excerto acima, escreva um texto relacionando os contos “O alienista” e “Verba testamentária”, de Machado de Assis.

2. Escreva um texto explicando em que medida os contos de Machado de Assis apresentam, no seu conjunto, uma confluência de gêneros. Dê exemplos.

3. Leia o trecho a seguir, extraído do livro *Papéis avulsos*:

Duarte acompanhou o major até à porta, respirou ainda uma vez, apalpou-se, foi até à janela. Ignora-se o que pensou durante os primeiros minutos; mas, ao cabo de um quarto de hora, eis o que ele dizia consigo: — Ninfa, doce amiga, fantasia inquieta e fértil, tu me salvaste de uma ruim peça com um sonho original, substituíste-me o tédio por um pesadelo: foi um bom negócio. Um bom negócio e uma grave lição: provaste-me ainda uma vez que o melhor drama está no espectador e não no palco. (p. 79)

Escreva um parágrafo dissertativo relacionando a citação acima à história de Duarte contada em “A chinela turca”.

4. Leia o trecho a seguir extraído de *Papéis avulsos*:

D. Benedita ficou aterrada, sem poder, mexer-se; mas ainda teve a força de perguntar à figura quem era. A figura achou um princípio de riso, mas perdeu-o logo; depois respondeu que era a fada que presidira ao nascimento de D. Benedita: Meu nome é Veleidade, concluiu; e, como um suspiro, dispersou-se na noite e no silêncio. (p. 107)

Escreva um texto relacionando o nome da fada, Veleidade, ao comportamento apresentado por dona Benedita no conto homônimo.

5. Escreva um texto dissertativo explicando como se dá a intertextualidade nos contos “Na arca” e “O segredo do bonzo”.

Gabarito

1. C 2. A 3. B 4. A 5. D 6. D 7. B 8. D 9. C 10. C

Bibliografia

- ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.
- ASSIS, Machado de. *Contos consagrados*. Biografia por M. Cavalcanti Proença; estudo introdutivo por Ivan Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: edições do autor, s. d.
- BARBIERI, Ivo. Papéis à mesa como parentes. In: Anais do X Congresso Internacional da Abralic. Rio de Janeiro. Ago. 2006.
- Bíblia sagrada. 105. ed. Tradução dos originais mediante a versão dos monges de Maredsous: Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria, 1996.
- BOSI, Alfredo. et al. *Machado de Assis*. Coleção escritores brasileiros, antologia e estudos. São Paulo: Ática, 1982.
- GARBUGLIO, José Carlos. Apresentação. In. *O alienista*. São Paulo: Ática, 1989.
- GOMES, Eugênio (org.). *Machado de Assis: contos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- GONÇALVES, Adolto. Machado de Assis: ironia e sedução. Prefácio escrito para o livro *Contos*, 2007.
- RIEDEL, Dirce Côrtes. *Metáfora: o espelho de Machado de Assis*. São Paulo: Francisco Alves, 1974.
- ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *À roda de Machado de Assis: ficção crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- TEIXEIRA, Adriana dos Santos. Jacobina e João Ternura: da vaidade à metamorfose. In: *Revista Gláuks*. UFV/DLA. v. 5, n. 2, jul/dez 2005, p. 203-212.
- TEIXEIRA, Ivan. *Apresentação de Machado de Assis*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à Literatura Fantástica*. São Paulo: Perspectiva, Col. Debates, 1992.